



**INSTITUTO
FEDERAL**
Paraíba

Campus
Cabedelo

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CAMPUS CABEDELO
PÓS-GRADUAÇÃO EM DOCÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA (DOCENTEPT)**

ERIJACKSON NUNES DE SANTANA

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA EM ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS: PROPOSTA DE
EXTENSÃO NO CONTEXTO DA EPT**

Cabedelo - PB
2023

ERIJACKSON NUNES DE SANTANA

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA EM ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS: PROPOSTA DE
EXTENSÃO NO CONTEXTO DA EPT**

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Docência para Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Rodney Marcelo Braga dos Santos

Dados Internacionais de Catalogação – na – Publicação – (CIP)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB

S231e Santana, Erijackson Nunes de.

Educação financeira em associações comunitárias: proposta de extensão no contexto da EPT. /Erijackson Nunes de Santana. - Cabedelo, 2023.
31 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Docência para Educação Profissional e Tecnológica.) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB.

Orientador: Prof. Dr. Rodiney Marcelo Braga dos Santos.

1. Educação profissional e tecnológica. 2. Educação financeira. 3. Extensão. I. Título.

CDU 377.502


ERIJACKSON NUNES DE SANTANA

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA EM ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS: PROPOSTA DE
EXTENSÃO NO CONTEXTO DA EPT**


Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Docência para Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em: 21/03/2024


BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **RODINEY MARCELO BRAGA DOS SANTOS**
Data: 25/03/2024 20:21:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Rodiney Marcelo Braga dos Santos
Instituto Federal da Paraíba
Orientador

Documento assinado digitalmente
 **ANTONIA EDIVANEIDE DE SOUSA GONZAGA**
Data: 25/03/2024 19:41:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Antônia Edivaneide de Sousa Gonzaga
Instituto Federal da Paraíba
Membro Examinador

Documento assinado digitalmente
 **NAIARA PEREIRA TAVARES**
Data: 25/03/2024 20:08:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Ma. Naiara Pereira Tavares
Colégio Diocesano Padre Rolim
Membro Examinador

Dedico este trabalho a toda minha família, em especial a minha querida avó, Rosa Severina Nunes (in memoriam), que sempre me apoiou em palavras, gestos e orações.

“A sabedoria oferece proteção, como o faz o dinheiro, mas a vantagem do conhecimento é esta: a sabedoria preserva a vida de quem a possui. ”

Eclesiastes 7:12

AGRADECIMENTOS

A Deus minha precípua gratidão, pois sem Ele jamais teria alcançado coisa alguma, é Nele que encontro forças para continuar enfrentando os desafios desta vida e é Ele quem me carrega quando essas forças me faltam. Obrigado Senhor, por tudo!

A toda minha família, em especial a minha esposa Juliete e a minha filha Celina, vocês são verdadeiros anjos que Deus reservou neste mundo para cuidar da minha vida, serei eternamente grato por cada detalhe pensado em meu benefício. Amarei vocês eternamente.

A minha colega Mariselma de Vasconcelos Cavalcante, que de forma tão dedicada e afetuosa colaborou para que esse processo fosse mais ameno.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, sobretudo, ao *Campus Cabedelo*, na pessoa dos professores que fazem parte do Curso de Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica – DocentEPT, pela oportunidade concedida e pela troca de conhecimentos durante essa caminhada. Um carinho especial ao Prof. Dr. Rodiney Marcelo Braga dos Santos, pelas orientações neste Trabalho Final de Curso.

A todos que colaboraram para que eu chegasse até aqui, desejo o melhor de Deus para vossas vidas.

Obrigado!!!

RESUMO

Nos dias atuais é premente a necessidade da discussão de assuntos que versem sobre questões financeiras, pois somos circundados por essa temática constantemente, seja em conversas informais, através dos noticiários, bem como no seio familiar. Nesse ínterim, este trabalho busca apresentar uma proposta de intervenção pedagógica cujo principal objetivo é a elaboração de um projeto de extensão. Esse projeto visa fornecer a um público específico ou comunidade, por meio de palestras e consultorias, conhecimentos teóricos e práticos oriundos da Educação Profissional e Tecnológica, em harmonia com o contexto da Educação Financeira e as necessidades dos moradores associados a Associações Comunitárias. Para tanto, temos como objetivo geral: refletir sobre o papel formativo e social da Educação Profissional e Tecnológica frente às demandas reais e urgentes da nossa sociedade, a exemplo do letramento financeiro e como objetivos específicos: (1) reconhecer a importância da Educação Financeira para a vida pessoal, familiar e comunitária; (2) indicar a atividade de Extensão como uma ferramenta eficaz para compartilhamento e troca de saberes; (3) propor uma atividade de intervenção pedagógica alinhada com as práticas da EPT. No tocante aos aspectos metodológicos seguimos por uma abordagem qualitativa, objetivo-exploratória, encontrando nas produções bibliográficas o aporte teórico para fundamentar nossa pesquisa. Como resultados, esperamos com essa proposta conduzir os discentes para um ensino contextualizado às relevantes questões econômicas que permeiam a sociedade contemporânea (visão holística), e assim colaborar para um processo de ensino e aprendizagem que promova uma formação mais global/integral, não só de novos profissionais, mas também de cidadãos atuantes e engajados com a realidade econômica social, fomentando experiências únicas e subsídios necessários, que promovam a ampliação dos conhecimentos adquiridos, correlacionando adequadamente, a prática comunitária, questões contemporâneas e a teoria acadêmica.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica; Educação Financeira; Extensão.

ABSTRACT

Nowadays, there is a pressing need to discuss issues that concern financial issues, as we are constantly surrounded by this issue, whether in informal conversations, through the news, as well as within the family. In the meantime, this work seeks to present a proposal for a pedagogical intervention whose main objective is the development of an extension project. This project aims to provide a specific audience or community, through lectures and consultancy, with theoretical and practical knowledge from Professional and Technological Education, in harmony with the context of Financial Education and the needs of residents associated with Community Associations. To this end, we have as a general objective: to reflect on the formative and social role of Professional and Technological Education in the face of the real and urgent demands of our society, such as financial literacy and as specific objectives: (1) recognize the importance of Financial Education for personal, family and community life; (2) indicate an extension activity as an effective tool for sharing and exchanging knowledge; (3) propose a pedagogical intervention activity approved with EPT practices. Regardless of methodological aspects, we follow a qualitative, objective-exploratory approach, finding bibliographical productions or theoretical support to support our research. As a result, we hope that this proposal will lead students to a teaching contextualized to the relevant economic issues that permeate contemporary society (holistic vision), and thus contribute to a teaching and learning process that promotes a more global/integral training, not only of new professionals, but also active citizens engaged with social economic reality, fostering unique experiences and necessary subsidies, which promoted the expansion of acquired knowledge, correlating improvement, community practice, contemporary issues and academic theory.

Keywords: Professional and Technological Education; Financial Education; Extension.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	UM OLHAR SOBRE A EPT NO BRASIL	14
3	EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UM CAMINHO PARA CONSCIENTIZAÇÃO	17
4	A EXTENSÃO COMO UM ELO NO ENTRELAÇAMENTO DOS SABERES	19
5	PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA: A EPT E A EXTENSÃO	22
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
	REFERÊNCIAS	29

1 INTRODUÇÃO

Rotineiramente, recebemos por meio dos diversos canais de comunicação notícias de que nosso país, infelizmente, não está indo muito bem em termos de economia, especialmente quando se trata da taxa de juros, chegando até a ocupar o topo do ranking global de juros reais, como podemos verificar em uma notícia veiculada pelo portal G1 em 02 de agosto do corrente ano (CATTO, 2023). Esse tipo de informação apenas reforça um cenário que se apresenta instável há muito tempo e que gera na população diferentes tipos de reações, sendo a maioria delas negativas (medo, frustração, ansiedade), fazendo o cidadão brasileiro trilhar por caminhos de insegurança financeira.

Dentre algumas medidas adotadas pelo nosso Executivo Federal, para colaborar com a população a respeito desse assunto (economia e finanças) está o Decreto Presidencial nº 7.397, que foi publicado em dezembro de 2010, o qual foi revogado, recentemente, pelo Decreto nº 10.393/2020, com algumas alterações, todavia, a estrutura base foi mantida e nele temos a instauração de uma nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e a criação do Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF (Brasil, 2020).

Consideramos que o artigo 2º do referido decreto, traz a essência do instrumento normativo, citado anteriormente, na medida que, detalha as competências que o FBEF possui, sinalizando um direcionamento da sua atuação, a qual está fortemente atrelada às questões securitárias, previdenciárias, fiscais, e também, no tocante a Educação Financeira do nosso país. Tais competências envolvem a divulgação das ações propostas tanto por seus membros, quanto por outros integrantes do fórum, o compartilhamento de informações sobre o assunto, intencionando formar redes de articulação entre os setores público e privado, além de inserir-se nessas ações sempre que possível (Brasil, 2020).

Em decorrência deste decreto, o Banco Central do Brasil - BCB, elaborou o documento intitulado “Brasil: implementando a Estratégia Nacional De Educação Financeira” (2012)¹, publicado conjuntamente pelo grupo das maiores economias do mundo (G20) e pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), tendo como principal objetivo oferecer um norteamento a respeito da implantação da ENEF.

Neste documento algumas considerações importantes nos chamaram a atenção, dentre

¹ A consulta ao documento citado pode ser feito nesse link:

https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia_Nacional_Educacao_Financeira_ENEF.pdf

elas a constatação, mediante pesquisa nacional, que em nosso país a temática da Educação Financeira é pouco conhecida pelos brasileiros. Esse fator acaba gerando um reflexo negativo na vida pessoal, familiar e social dos cidadãos, sendo observado pela falta de planejamento dos gastos, na despreparação financeira para a aposentadoria, na falta de conhecimento dos riscos e das medidas que podem lhes proteger frente às operações financeiras, implicando em maiores dificuldades na tomada de decisões quanto a aquisição de empréstimos ou na prática de investir seus recursos. Além disso, verificou-se, nessa pesquisa, que os brasileiros estão mais suscetíveis a caírem em golpes financeiros, o que geraria ainda mais insegurança para as suas vidas (BCB, 2012).

Bem sabemos que a vida em sociedade nos exige um esforço colaborativo, consciente e reflexivo das nossas ações, haja vista que a tomada de decisões como algo inerente e constante na vida de cada pessoa nos coloca numa posição de vigilância quanto aos impactos que as nossas atitudes irão refletir sobre nós e sobre os outros. Soares e Souza (2018, p. 316) estabelecem uma importante reflexão a respeito da sociedade contemporânea, nos mostrando que passamos por uma “clara transição entre a sociedade tradicional para a sociedade de consumo”, um corpo social que encontra-se pautado no consumo exacerbado, e que muitas vezes não observa as consequências que atraem para suas próprias vidas, colocando em risco a possibilidade de termos uma população mais equilibrada financeira e socialmente (Soares; Souza, 2018).

Conduzindo o nosso raciocínio para um viés mais delimitador do que propomos para este trabalho, consideramos que nos dias atuais é premente a necessidade da discussão de assuntos que versem sobre questões financeiras, pois somos circundados por essa temática constantemente, seja em conversas informais, através dos noticiários, bem como no seio familiar. Este último ocupa uma atenção central em nossa perspectiva, uma vez que dele emergem os maiores problemas pessoais, ou dizendo de outra forma, é nele (no seio familiar) que procuramos agir cotidianamente e que somos diretamente afetados quando o assunto são as finanças.

Diante do exposto, desponta em nossa pesquisa alguns questionamentos: De que forma a sociedade pode encontrar soluções/estratégias práticas para conscientizar-se das suas necessidades e estabelecer parâmetros de consumo? Seria possível a integração entre diferentes instâncias sociais para a construção de uma coletividade pautada na consciência financeira? E ainda, como os centros de educação poderiam atuar como um elo entre

diferentes saberes para potencializar a discussão/intervenção da Educação Financeira em meio a sociedade?

À vista disso consideramos pertinente aludir sobre os pilares que fundamentam a construção do conhecimento científico nas instituições de ensino superior, a saber: o ensino, a pesquisa e a extensão, partindo da premissa que esse tripé consubstancia a missão dessas instituições, transformando a sociedade através dos múltiplos saberes produzidos, permitindo que elas se mantenham vivas, na medida que transpassam as discussões em sala de aula e as mais variadas pesquisas, desembocando no extensionismo em meio social, fomentando a dialética entre centros de ensino e a sociedade (Sleutjes, 1999).

De modo complementar, ainda se faz jus trazermos à essas considerações iniciais um conceito muito pertinente para o que estamos propondo nesta pesquisa, a saber, o conceito de letramento financeiro. De acordo com Oliveira, Tinoco e Santos (2014), um evento de letramento diz respeito a diferentes atividades, das mais simples às mais complexas, que um indivíduo tenha que desempenhar em seu cotidiano, e para tanto se utilize da leitura e da escrita como ferramenta de ação.

Todavia, apesar de ser definido como um conjunto de práticas usuais da escrita em cenários socioculturais variados, Santos Filho (2015, p. 17-18) nos admoesta que “o letramento, apesar da relação intrínseca com a alfabetização, não se confunde com esta, já que a primeira demanda da pessoa a capacidade de saber fazer uso da leitura e da escrita, além do simples ato de ler e escrever”. Nesse sentido, é real a preocupação com os efeitos da falta de uma Educação Financeira apropriada para a nossa sociedade, refletindo, muitas vezes, em tomadas de decisões equivocadas, ocasionando consequências negativas para o cenário econômico de nosso país (Santos Filho, 2015).

Inferimos daí que o letramento, inclusive o financeiro, vai além de uma mera decodificação de números e letras, ele perpassa a esfera da literacia ganhando uma conotação mais efetiva, interventiva, frente as demandas pessoais e sociais. O letramento financeiro seria, portanto, a soma da assimilação das informações sobre os fatores que permeiam o ambiente financeiro, acrescido das habilidades para aplicação prática desse novo conhecimento gerado, visando dirimir os possíveis riscos e angariando uma maior comodidade financeira (Santos Filho, 2015).

Posto isto, temos a seguinte questão de pesquisa: **Como a extensão em consonância**

com a Educação Profissional e Tecnológica podem colaborar na formação de uma sociedade mais letrada financeiramente?

Nesse ínterim, este trabalho busca apresentar uma proposta de intervenção pedagógica que tem como fio condutor a propositura de um projeto de extensão que vise levar a um determinado público/comunidade, por meio de palestras e consultorias, conhecimentos teóricos e práticos advindos da Educação Profissional e Tecnológica coadunando com o universo da Educação Financeira e a realidade de moradores pertencentes a Associações Comunitárias

Para tanto, temos como objetivo geral: refletir sobre o papel formativo e social da Educação Profissional e Tecnológica frente as demandas reais e urgentes da nossa sociedade, a exemplo do letramento financeiro e como objetivos específicos: (1) reconhecer a importância da Educação Financeira para a vida pessoal, familiar e comunitária; (2) indicar a atividade de Extensão como uma ferramenta eficaz para compartilhamento e troca de saberes; (3) propor uma atividade de intervenção pedagógica alinhada com as práticas da EPT.

No tocante aos aspectos metodológicos seguimos por uma abordagem qualitativa, objetivo-exploratória, encontrando nas produções bibliográficas o aporte teórico para fundamentar nossa pesquisa, corroborando com as palavras de Rampazzo (2015, p.58) quando nos esclarece que a pesquisa qualitativa “busca uma compreensão particular daquilo que estuda: o foco da sua atenção é centralizado no específico, no peculiar, no individual, almejando sempre compreensão e não a explicação dos fenômenos estudados”.

Em termos estruturais seguiremos, após essa breve introdução, discorrendo sobre a Educação Profissional e Tecnológica, em seguida, falaremos sobre a Educação Financeira, seguidamente, atrelaremos ambas as temáticas iniciais ao contexto da Extensão, logo após, apresentaremos a proposta de intervenção pedagógica, detalhando o projeto de extensão e alguns resultados esperados, e finalizaremos com algumas considerações gerais.

2 UM OLHAR SOBRE A EPT NO BRASIL

A Educação no Brasil esteve por muito tempo restrita às classes dominantes, caracterizando um mecanismo de manutenção da estrutura social que condicionava os cargos de direção e chefia as pessoas que tinham condições de adquirir conhecimentos especializados

ou que faziam parte de famílias abastadas, em outras palavras, aos indivíduos pertencentes a elite delegaram-se os cargos políticos e demais funções do alto escalão societário, enquanto para as classes mantidas à margem comunitária, além da impossibilidade de acesso a educação, restavam-lhes às atividades laborais relativas ao mundo real do trabalho, os quais constituíam a grande parcela da população subalternizada (Costa, 2020).

Essa conjuntura social, por muito tempo, favoreceu a manutenção do poder nas mãos das classes dominantes, estimulando, assim, uma solidificação das desigualdades sociais, fato que até então insiste em se manter em nosso meio. Todavia, ao longo dos anos muita coisa mudou na sociedade brasileira, em especial na área educacional, reflexo de muita luta por parte de estudiosos e defensores da construção de um Estado democrático que atendesse as necessidades de seu povo. Nesse cenário, destacam-se a garantia à Educação como um direito social expresso na Constituição Federal de 1988, bem como, os instrumentos normativos que dela decorrem, a exemplo da Lei nº 9.394/96, que traz as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em outras palavras, essa lei apresenta em sua estrutura a gênese regulamentar do nosso atual sistema educacional.

De acordo com a nossa Carta Magna, a educação é um direito de todos os cidadãos brasileiros, devendo o Estado, a família e a sociedade unirem-se em regime colaborativo para que haja, no processo educativo, uma formação capaz de desenvolver o indivíduo integralmente, de modo que consiga exercer sua cidadania de maneira satisfatória, inclusive, tendo condições de atuar qualificadamente no mundo do trabalho (Brasil, 1988).

Salientando-se o aspecto de uma formação educacional alinhada para o exercício profissional, temos em virtude do disposto na LDB, por meio da redação apresentada na Lei 11.741, sancionada em 2008, uma nova estrutura do que venha a ser a atual Educação Profissional e Tecnológica - EPT no Brasil, a qual integra e perpassa os diferentes níveis e modalidades da educação brasileira, levando-se em consideração os aspectos tocantes ao trabalho, a ciência e a tecnologia, podendo se apresentar em diferentes cursos, tais como, os de formação inicial e continuada, os de qualificação profissional, no Ensino Médio, na Graduação e na Pós-graduação (Brasil, 2008).

A Educação Profissional e Tecnológica é modalidade educacional que perpassa todos os níveis da educação nacional, integrada às demais modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, organizada por eixos tecnológicos, em consonância com a estrutura sócio-ocupacional do trabalho e as exigências da formação

profissional nos diferentes níveis de desenvolvimento, observadas as leis e normas vigentes (Brasil, 2021).

Conforme o portal do Ministério da Educação - MEC², essa modalidade educacional já encontrava espaço em nossos centros educativos desde tempos mais remotos, de modo que, diversos fatos demarcados temporalmente evidenciam a trajetória da EPT no Brasil, com destaque inicial para a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices, em 1909, pelo então presidente Nilo Peçanha. A partir desse fato rudimentar, inúmeros instrumentos normativos como: decretos, leis e resoluções, versaram sobre a temática, a qual também esteve presente nas cartas constitucionais que foram promulgadas desde então (1934, 1946 e 1988). Tais dispositivos além de instituírem políticas públicas, definiram e estabeleceram orientações sobre o ensino profissional e tecnológico no Brasil, assim como, criaram instituições que até hoje desempenham um importante papel na formação educacional e profissional em nosso país.

Dentre as instituições criadas nessa acepção da EPT, destacamos: o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, criado em 1942, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, criado em 1946, os Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETS, criados em 1978, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR, criado em 1991, e a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em 2008. Vale destacar que, os IFs foram criados mediante transformação e/ou integração de CEFETs e Escolas Agrotécnicas já existentes, passando a fazer parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Brasil, por meio da Lei nº 11.892/2008, juntamente com outras instituições de ensino (Brasil, 2008).

Conforme nos esclarece Magalhães (2021, p.19) o surgimento dos Institutos Federais “compõem um conjunto de políticas que enfatizam a formação profissional e tecnológica como elemento fundamental para elevação do grau de escolaridade e desenvolvimento do Brasil”. Ainda de acordo com a autora, os IFs seguem um modelo ímpar, nunca visto em outro país, alicerçados na oferta de um ensino público, gratuito, democrático e de qualidade, com vistas a um atendimento comprometido das demandas surgidas em cada cenário regional e local, nos quais estão inseridos, apontando respostas que coadunam com o avanço sustentável e inclusivo da nossa sociedade (Magalhães, 2021).

Os institutos têm por base beneficiar setores sociais que foram ao longo dos

² Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/educacao-profissional-e-tecnologica-ept/historico-da-ept>.

anos excluídos do processo de desenvolvimento e modernização do país, possibilitando a inserção cidadã de diversos brasileiros marginalizados pela sociedade, sendo a educação o fator capaz de modificar a vida social e de atribuir maior sentido à vida dos jovens. Com uma estrutura que vai da educação básica à superior, permite que os docentes tenham contato com os estudantes em seus diversos níveis, o que possibilita uma organização curricular diferenciada. Também possibilita a interação dos estudantes e o compartilhamento entre os diversos espaços pedagógicos, desde os cursos técnicos de nível médio ao doutorado (Magalhães, 2021, p. 20).

As elucidações postas até aqui nos ajudam a entender que a Educação Profissional e Tecnológica tem se respaldado no cenário educacional, mediante inúmeras modificações ocorridas nos âmbitos social, econômico, político e tecnológico do nosso país, com destaque notável para a abertura de uma grande seara de funcionamento por meio da Rede Federal de EPT e pela origem dos IFs. Tais políticas educacionais contribuem massivamente para o acesso igualitário de diferentes perfis de estudantes, os quais em outrora se viam impedidos de alcançar uma formação mais avançada ou em pé de igualdade com os membros das classes elitizadas.

Consoante Costa (2020), por meio dos avanços conquistados em nossa LDB e também pela atuação dos Institutos Federais de Educação é possível verificarmos um sobrepulamento ao modelo puramente tecnicista que se vinculava ao ensino profissional de maneira tão arraigada, e não só isso, a atual legislação aponta para uma formação baseada em princípios críticos, reflexivos e transformadores para os cidadãos que se encontram cursando diferentes modalidades de ensino associadas ao ensino técnico.

Embora a EPT esteja direcionada a uma formação que une o trabalho ao sistema produtivo e, conseqüentemente, a conservação do capitalismo, é premente a defesa que essa modalidade educacional se desprenda totalmente das fragilidades de sua idealização, cedendo lugar à uma formação que haja na vida do trabalhador de maneira emancipatória, contribuindo qualitativamente não apenas no aspecto profissional, mas também, numa formação que se apresente humanizada, refletindo diretamente em todas as ações que esse indivíduo desempenha nos mais diferentes ambientes nos quais esteja inserido (Costa, 2020).

3 EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UM CAMINHO PARA CONSCIENTIZAÇÃO

O Banco Central do Brasil, um dos representantes do Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF, publicou em 2018, um importante estudo sobre o que é cidadania

financeira, definindo-a como “o exercício de direitos e deveres que permite ao cidadão gerenciar bem seus recursos financeiros”, ou seja, “planejar o uso de seus recursos, gerenciar o uso de crédito e poupar ativamente” (BCB, 2018, p. 29). Essa definição anda lado a lado com a conceituação adotada para o termo “Educação Financeira”, a qual está em consonância literal com o entendimento da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e que consideramos pertinente para a nossa discussão. A Educação Financeira seria, portanto,

[...] o processo mediante o qual consumidores e investidores financeiros melhoram a sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros e, por meio de informação, instrução ou aconselhamento objetivo, desenvolvam as habilidades e a confiança necessárias para se tornarem mais cientes dos riscos e oportunidades financeiras, para fazerem escolhas baseadas em informação, para saberem onde procurar ajuda e para realizarem outras ações efetivas que melhorem o seu bem-estar financeiro (BCB, 2018, p. 16).

Ainda consoante a esse documento, iniciativas nesse contexto têm ganhado notoriedade em diversos países ao redor do mundo, refletindo diretamente no estabelecimento de estratégias de coordenação nacional voltadas à Educação Financeira da população, possibilitando com isso, benefícios que vão desde a estabilidade financeira à ganhos de bem-estar para os cidadãos. Nesse processo de conscientização, de busca por informação, instrução ou aconselhamento, os diferentes atores sociais podem dialogar e atuar na articulação e integração de diferentes iniciativas para estimular o debate sobre essa temática e, assim, colaborar para um crescimento conjunto de ações reais que ajudarão a população nessa “alfabetização financeira” (BCB, 2018).

Contudo, conforme apontado por uma série de pesquisas empíricas em diversos países (desenvolvidos ou em desenvolvimento), o grau de alfabetização financeira do cidadão médio é muito baixo, situação ainda mais grave para certos cortes sociais e demográficas (como jovens, idosos, negros, pobres, mulheres e pouco instruídos formalmente) [...]. Diante disso, o cidadão médio não estaria preparado para as oportunidades apresentadas pela financeirização, o que pode, ao contrário, gerar situações de risco ao bem-estar financeiro pessoal e instabilidades que se transbordariam para o próprio sistema financeiro, na forma de crises financeiras (Pereira *et al.*, 2022, p. 3).

Cabral, Azeredo e Urias (2018, p. 220), reforçam que “mudar o comportamento da sociedade com relação a finanças é algo a longo prazo que requer políticas permanentes, avaliações, revisões periódicas e programas que gerem transformações efetivas”, nesse sentido, a Educação Financeira não seria um meio, apenas, para viabilizar o desenvolvimento

econômico, melhorar as decisões financeiras e o planejamento de vida, serviria também, e principalmente, como “uma ferramenta para formar cidadãos melhores, com maior conhecimento, autonomia, consciência, responsabilidade socioambiental e poder de escolha sobre diversas situações da vida” (Cabral; Azeredo; Urias, 2018, p. 219).

Em vista disso, consideramos que mesmo se configurando como um processo que demanda tempo, investimento, parcerias, estudos e ações direcionadas, a Educação Financeira se mostra como uma importante ferramenta na busca por um equilíbrio que não só contempla os aspectos econômicos de uma pessoa, mas também, possibilita alcançar uma mudança atitudinal que se refletirá em diferentes áreas da vida, sendo assim, quanto mais cedo o contato com essa instrução/capacitação o cidadão poderá atuar de forma sensata mediante sua realidade financeira e suas demandas de consumo.

4 A EXTENSÃO COMO UM ELO NO ENTRELAÇAMENTO DOS SABERES

No documento supracitado, publicado pelo Banco Central (2018), há de forma explícita o entendimento que para alcançarmos a efetivação de atividades que atendam às necessidades orientacionais dos brasileiros, no tocante a temática da Educação Financeira, se faz jus um esforço colaborativo entre os diferentes atores sociais, como por exemplo: o Estado, o setor financeiro, o varejo, a Educação, as instituições privadas ligadas à educação e finanças, as associações da sociedade civil, a imprensa, os fornecedores de serviços relacionados à gestão das finanças, os influenciadores digitais (formadores de opinião), e também, o cidadão, que embora se constitua como público alvo dessas ações, exerce papel crucial nesse processo seja questionando, denunciando, buscando novos conhecimentos e/ou replanejando.

Esse trabalho integrado possibilita que as diferentes instituições atuem em suas esferas de domínios e na medida que elaboram e aplicam novas estratégias viabilizam avanços consistentes na promoção da cidadania financeira, construindo

[...] uma sociedade com cidadãos melhor informados, mais cientes de seus direitos e mais responsáveis em relação à vida financeira, em que se inclui: desenvolver o hábito de poupar, usar o crédito de forma prudente, ser capaz de gerir seus recursos adequadamente e de tomar decisões embasadas e conscientes ao se relacionar com o Sistema Financeiro Nacional [...] (BCB, 2018, p. 42).

Nessa perspectiva, é indubitável o papel que a Educação, por meio das universidades, institutos e demais centros de ensino, pode exercer frente a esse cenário, colaborando massivamente para a disseminação dos conhecimentos oriundos do ensino e da pesquisa, através de atividades extensionistas. Tal entendimento corrobora com a concepção sobre a Extensão na Educação Superior Brasileira, expressa na Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, vejamos:

Art. 3º A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (Brasil, 2018, p. 1-2).

Vemos a partir desse conceito que a Extensão nasce na academia, todavia, encontra a sua essência a partir do momento que aplica os saberes nas diferentes áreas da sociedade, contribuindo para o desenvolvimento global do educando, aguçando seu senso crítico e reflexivo, promovendo um maior engajamento cultural por meio dos diálogos e afirmando a responsabilidade popular das instituições de ensino, na colaboração ao defrontamento das questões sociais do nosso país (Brasil, 2018).

No contexto dessa discussão trazemos as palavras de Magalhães (2021, p. 15), a qual nos esclarece que a “Extensão deve ser entendida como ação mútua na qual se estabelece uma relação dialógica que proporciona a troca de saberes entre a comunidade acadêmica e a sociedade”, em outras palavras, a produção de conhecimentos oriundos da extensão, baseia-se na relação e interação entre a academia e a população, de tal forma que, os ganhos não só se apresentam na transformação da realidade local (ambiente alcançado pela extensão), mas também, na formação dos discentes, e por que não dizer também dos docentes, os quais juntos cumprem os seus papéis sociais, modificando o meio que vivem.

A aproximação da academia à realidade da comunidade é parte da essência para concepção e construção da extensão e a relação dialógica sociedade-universidade transcende o fato de levar respostas à sociedade, pois é por meio dos saberes plurais, diversos que se constitui o conhecimento. Então, nesse caminhar, refletir que o homem não se forma sozinho, não se constitui só, per si e a sociedade faz parte dessa construção em seu sentido ontológico. Ele faz parte dela. As práticas pedagógicas, no ambiente escolar, são fio condutor para esta relação homem-mundo e, nesse contexto, a extensão tem muito a contribuir (Couto, 2020, p. 38-39).

Oliveira e Costa (2017) endossam esse debate nos fazendo um alerta quanto ao errôneo sentido que outrora empregava-se a Extensão e que acabava por desconstruí-la como ato educativo, figurando-a como uma prática voltada, meramente, a transferência de conhecimentos, quando na verdade todos os agentes envolvidos no processo (docentes, discentes, comunidades e afins) participam de forma ativa nas ações, construindo e ressignificando, reciprocamente, os saberes ali empregados. “Entretanto, essa visão ainda é incipiente, visto que as perspectivas assistencialista e de prestação de serviços conduziram, durante décadas, as políticas extensionistas” (Oliveira; Costa, 2017, p. 1).

Nesse cenário, percebemos que as discussões estabelecidas até aqui, nas quais a EPT e a Educação Financeira caminham em acordo para uma produção de conhecimentos no seio comunitário, por meio da Extensão, nos mostram um contexto educativo muito aproximado do que a literatura publicada trata sobre o letramento. Em seus postulados, Oliveira, Tinoco e Santos (2014) chamam a nossa atenção para o fato de todo projeto de letramento possuir um viés de aprendizado, e, além disso, os autores destacam as potencialidades de um processo educativo que foca na relação professor e aluno como ativador de “fundos de conhecimento”, um processo no qual

[...]. Juntos, todos ensinam e aprendem, devendo a construção do conhecimento ocorrer num clima autêntico de trocas e de compromissos. Somente pelo partilhamento de conhecimentos é possível expandir horizontes de saber e desenvolver, nos sujeitos de aprendizagem, as capacidades de análise e crítica, habilidades tão importantes para a compreensão e transformação da realidade sociocultural e política em que todos (alunos e professores) estão envolvidos (Oliveira; Tinoco; Santos, 2014, p. 44).

Desta forma, ao propormos uma ação que envolve diferentes agentes educacionais em alinhamento com o setor social, acreditamos estar colaborando para o aumento das reflexões sobre a expansão dos horizontes de saberes que, calcadas numa perspectiva extensionista, podemos levar para a Educação Profissional, de modo que os alunos, instigados pela conjuntura construída possam, deliberadamente, serem sujeitos críticos e transformadores da realidade observada.

Corroborando com Lima (2021, p. 20), independentemente da expressão a ser usada, “a alfabetização ou o letramento financeiro, e a educação financeira são termos com definições distintas para a literatura, porém são complementares, na prática, logo andam juntos para alcançar os melhores resultados”. Tal acepção relaciona-se “à capacidade básica

do indivíduo em aplicar o seu conhecimento financeiro no dia a dia, citando o conhecimento e a capacidade de realizar decisões financeiras sólidas” (Lima, 2021, p.21).

A seguir, apresentaremos uma proposta de intervenção pedagógica para entrelaçar as áreas aqui abordadas, ou seja, a Educação Profissional e Tecnológica, a Educação Financeira e a Extensão Acadêmica, por meio de um projeto que vislumbra colaborar com o letramento financeiro da nossa população, em especial, das pessoas que fazem parte de Associações Comunitárias.

5 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA: A EPT E A EXTENSÃO

Partindo da premissa que a Extensão é um processo educativo que promove intervenção numa determinada conjuntura social, nada mais salutar que propor a participação da comunidade acadêmica, em especial, professores e alunos, no compartilhamento e troca de saberes com a sociedade. Pela ótica educacional, a participação dos alunos que estejam inseridos na Educação Profissional e Tecnológica, na realização de um projeto de extensão, potencializa ainda mais a preparação para o exercício da profissão que, posterior ao processo formativo, estará sendo disponibilizado à comunidade em geral.

De acordo com Santos e Beceveli (2021), um projeto de extensão está diretamente articulado com o ensino e a pesquisa, de modo que essa tríade transcende a prática de uma educação dividida, pois entende o trabalho como princípio educativo, conduzindo os saberes e fazeres para a produção de novos conhecimentos, embasando a prática pedagógica e profissional imbuída na Educação Profissional e Tecnológica.

Sendo assim, a proposta que ora estará sendo apresentada objetiva atrelar a teoria e a prática de alunos da EPT numa imersão da realidade, isto é, no entorno que circunda os seus convívios sociais, aguçando uma postura ativa e crítica frente às demandas observadas, tendo como respaldo as orientações teóricas aprendidas durante a formação técnica. Espera-se, ainda, contribuir não só com o desenvolvimento de um perfil profissional alinhado com as habilidades técnicas para uma atuação segura e eficaz, mas também, comprometida com o meio social.

Nesse liame, o projeto em tela terá como principal foco a comunidade acadêmica que se encontre associada ao contexto da Educação Financeira. Ao tomarmos por base as

orientações e informações dispostas no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos – CNCT³, consideramos que fazem parte desse grupo, principalmente, os alunos e professores de cursos técnicos do eixo tecnológico de desenvolvimento educacional e social e do eixo de gestão e negócios, entretanto, essa indicação não impossibilita que os aprendizes e mestres dos demais eixos participem de projetos dessa natureza, uma vez que, a soma de conhecimentos e aprendizados é sempre bem-vinda na vida de qualquer pessoa.

Como já apontado anteriormente, a nossa proposta de intervenção pedagógica está ancorada na construção de um projeto de extensão, no qual discentes e docentes de cursos técnicos pertencentes a Educação Profissional e Tecnológica possam **fundir** os conhecimentos teóricos e práticos com a realidade de pessoas que fazem parte de Associações Comunitárias, de modo a colaborar com o letramento financeiro dessa população e, assim, **impactar** positivamente a vida desses indivíduos.

Tal projeto deverá ser composto por: reuniões, visitas *in loco*, reflexões, palestras e consultorias; todas essas atividades rotacionando em torno da temática macro da Educação Financeira, a qual pode ser subdividida em linhas de abordagem específicas, tais como: economia doméstica e orçamento familiar; planejamento financeiro e previdenciário; empreendedorismo e investimentos, dentre outras. A comunidade externa participante poderá ser selecionada por meio de inscrições ou indicações da equipe executora do projeto.

Inicialmente, propomos que os alunos participantes sejam divididos em grupos, de acordo com o total de professores envolvidos, essa logística visa otimizar cada etapa do projeto. No tocante ao período de vigência, essa iniciativa poderá ocorrer no decurso de 3 meses, sendo o primeiro mês para reuniões, planejamentos, inscrições e visitas, o segundo mês para realização das palestras e o terceiro mês para oferta das consultorias individualizadas e culminância do projeto, nesta última etapa os alunos poderão entregar um relato da experiência vivenciada para ser somado ao processo avaliativo que os professores estarão observando ao longo do projeto.

Salientamos que as questões relacionadas à acessibilidade/inclusão devem ser observadas durante o planejamento e as visitas para que as ações previstas possam ser

³ Disponível em: <http://cnct.mec.gov.br/>.

executadas de maneira equitativa, observando o disposto na Lei Brasileira de Inclusão⁴, de modo que as estratégias a serem adotadas (atitudinal, arquitetônica, comunicacional e instrumental) possam dirimir as barreiras para uma plena e efetiva participação no projeto, oportunizando igualdade de condições e reconhecimento dos sujeitos e suas diversidades.

Como bem sabemos, toda atividade humana demanda recursos necessários para a sua efetivação, o que não é diferente nesse projeto. Abaixo, detalharemos os recursos que poderão ser empregados para que a execução do projeto transcorra satisfatoriamente:

1. **ESPAÇO FÍSICO:** Na instituição de ensino (sala ou auditório) para comportar os alunos e professores nas reuniões de planejamento, para recebimento das inscrições e também para a culminância do projeto. Nas associações participantes para realização das palestras e consultorias, que podem ser as próprias instalações ou local nas proximidades que comporte todo o público (equipe executora e participantes);
2. **TRANSPORTE:** A instituição de ensino deverá fornecer um meio de transporte (van, micro-ônibus ou ônibus) para traslado dos estudantes e professores às instituições contempladas com o projeto;
3. **INSCRIÇÕES:** Na escolha pelas inscrições presenciais a equipe executora precisará de computador/notebook, impressora, material de insumo (papel, canetas, envelopes, grampeador, clips e afins) para confeccionar o formulário, imprimi-los e armazená-los. Caso seja optado pelas inscrições online, o mesmo aparato tecnológico deverá ser utilizado para criação de formulário eletrônico, armazenamento e análise das inscrições;
4. **PALESTRAS:** Além do espaço físico, as instituições participantes deverão providenciar cadeiras e bancada/birô/mesa para acomodação dos palestrantes (alunos, professores e [talvez] profissionais técnicos de outras instituições convidadas), equipamento de som (caixa amplificadora e microfone) e acesso à internet. A equipe executora, por sua vez, ficará responsável por computador/notebook e Datashow para projeção do material audiovisual que será utilizado nas palestras. Em caso de distribuição de material impresso (folder, banner ou outros) a equipe poderá utilizar a

⁴ Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm.

impressora institucional, ou firmar parceria com as instituições contempladas para realizarem as impressões. A emissão dos certificados que serão entregues às instituições participantes ficará a cargo da equipe executora;

5. **CONSULTORIAS:** As instituições participantes, deverão fornecer, além do espaço físico, que poderá ser o mesmo utilizado para as palestras, cadeiras e mesas, para que os alunos se organizem no ambiente e realizem as consultorias, bem como acesso à internet. Todo material necessário, utilizado pelos alunos consultores, fica a cargo da equipe executora;
6. **PARCERIAS EXTERNAS:** O projeto poderá contar com apoio técnico-profissional e também financeiro de instituições financeiras (bancos e cooperativas de crédito) que, a convite da equipe executora, possa disponibilizar pessoal capacitado para participar das palestras e consultorias juntamente com os alunos, bem como realizar algum aporte para custeio dos materiais/insumos e alimentação que serão utilizados no projeto;
7. **ALIMENTAÇÃO:** Tanto nos dias de realização das palestras como durante as consultorias as instituições participantes serão responsáveis em fornecer bebidas (água, chás, café, sucos) e comidas para a equipe executora. Caso haja o aporte financeiro de bancos e/ou cooperativas de crédito, a equipe executora ficará responsável em fazer a destinação correta dos recursos, apresentando na culminância do projeto prestação de contas do que foi recebido e de como foi utilizado.

No tocante ao desenvolvimento das atividades, detalharemos, abaixo, como elas poderão ocorrer no decurso de cada mês.

1. PRIMEIRO MÊS

- 1.1. **Reunião geral:** Os professores envolvidos reunirão todos os alunos para informar sobre o projeto, repassar cada etapa, tirar dúvidas, dividir os grupos e ouvir sugestões e comentários antecedentes à aplicação da proposta;
- 1.2. **Processo de inscrição e seleção das instituições participantes:** as inscrições poderão ser feitas por meio de formulário eletrônico ou presencialmente, sendo necessário, em ambos os casos, o preenchimento da ficha de identificação, na qual constará algumas informações, tais como: nome da associação,

responsável/diretor/presidente, total de integrantes, endereço, e formas de contato (e-mail e telefone), além de uma simples justificativa para contemplação do projeto; ou, caso a equipe opte por uma seleção direta das instituições participantes, os próprios alunos ou professores poderão realizar as indicações;

1.3. **Visitas *in loco*:** Realizado o processo de seleção, cada grupo (discentes e docentes) visitará a instituição/associação selecionada, marcando previamente o dia e horário para que os integrantes possam estar presentes. Essa etapa servirá para coleta de informações, sejam elas coletivas ou individualizadas, além de uma fala inicial feita pelos alunos e/ou pelo discente responsável para esclarecer a natureza e objetivos do projeto à comunidade presente;

1.4. **Reunião geral e elaboração/organização do modelo de palestra e consultorias:** Após o contato inicial com as instituições os grupos se reunirão para apresentar as informações coletadas, identificando o perfil das demandas para então traçar um modelo de intervenção que seja aplicável para todos, seja nas palestras ou nas consultorias;

2. SEGUNDO MÊS

2.1. **Realização das palestras:** Definido o modelo de palestra, é o momento de cada grupo retornar à associação visitada para iniciar a série de palestras que envolve a temática do projeto, levando os conhecimentos adquiridos no curso para uma aplicação prática e social. A ideia é ofertar uma palestra por semana, nos turnos manhã e tarde, com as temáticas já aludidas anteriormente, nas quais todos os integrantes do grupo possam apresentar ideias, conceitos, exemplos, sugestões (planilhas, apps) e orientações, além de um espaço para tirar dúvidas sobre o que está sendo apresentado. Ao final de todas as palestras, cada associação visitada receberá um certificado comprovando a participação no projeto.

3. TERCEIRO MÊS

3.1. **Realização das consultorias individualizadas:** Entendendo que a realização de palestras atende ao público na sua totalidade, o último mês do projeto seguirá com a realização de consultorias individualizadas. Tomando por base os temas discutidos nas palestras, o grupo de alunos seriam subdivididos e atenderiam ao

público das associações de uma forma mais personalizada; a ideia é conseguir alcançar o problema na sua particularidade e, assim, poder orientar de forma direta a cada cidadão.

3.2. Culminância do projeto: Na última semana do projeto os professores irão reunir os alunos para uma roda de conversa, na qual serão discutidos os desafios, os aprendizados e o conagraçamento das teorias com as práticas executadas por meio da entrega de um relato escrito por parte dos alunos; um momento singular de troca de experiências que será um arremate final de todo processo experienciado.

No tocante ao processo de avaliação, os professores poderão atribuir uma nota analisando a participação dos alunos, durante todas as etapas do projeto (reuniões, planejamentos, visitas, palestras, consultorias). Além disso, os professores poderão avaliar o conhecimento técnico empregado durante as palestras e consultorias, a colaboração e o trabalho em equipe, o comprometimento, a assiduidade, a participação, a apresentação de soluções/estratégias/recursos para aplicação no projeto, a qualidade do serviço de consultoria oferecido, bem como, o relatório de experiência que será entregue ao final do projeto, no qual os alunos irão se autoavaliar mediante reflexão de todo o processo de participação, aprendizagem e desempenho das atividades. Ressaltamos que esse processo avaliativo precisará ser comunicado aos alunos no primeiro encontro, permitindo assim, que eles possam entender toda a metodologia elaborada, a fim de receberem a certificação ao final do projeto.

Mediante o exposto, entendemos que a Educação Profissional e Tecnológica por meio desse projeto de extensão, instigará nos alunos participantes uma reflexão do cotidiano de indivíduos, famílias e grupos sociais, os quais são representativos de uma parcela da nossa sociedade que vivem à margem do tecido social e precisam de orientações voltadas a uma Educação Financeira. Além disso, a participação motivará uma aplicação sólida dos aprendizados adquiridos, por meio de orientações tão pertinentes como as relacionadas à economia, tendo em vista a instabilidade constante do nosso sistema financeiro e econômico.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A referida proposta de intervenção pedagógica extensionista articula-se com os pilares do ensino e da pesquisa, uma vez que, os alunos, ao compartilharem os conhecimentos

adquiridos nos cursos técnicos que estudam, para transformar os problemas expostos pela comunidade externa (associações de moradores), podem instigar novos saberes/fazeres, questionando a realidade observada, tornando-se um participante ativo (pesquisa-ação/investigação-ação) no processo de ensino-aprendizagem, delineando uma trajetória acadêmica contextualizada.

Nesse sentido, quando essa rede entre os pilares é adequadamente estruturada, todos os setores alcançam um bom desempenho nos seus objetivos, inclusive os próprios docentes, que fomentará a realização desse projeto de extensão, pois, ao apresentar-se como mediadores, instigando metodologias ativas e inovadoras, incitará nos alunos um aprendizado de forma autônoma e crítica, por meio de problemas e situações reais, que estimulem o raciocínio, a tomada de decisão, a busca por alternativas apropriadas e o debate responsável na construção de novas competências curriculares.

Como resultados, esperamos com essa proposta conduzir os discentes para um ensino contextualizado às relevantes questões econômicas que permeiam a sociedade contemporânea, e assim colaborar para um processo de ensino e aprendizagem que promova uma formação mais global, não só de novos profissionais, mas também de cidadãos atuantes e engajados com a realidade econômica social, fomentando experiências únicas e aportes necessários, que promovam a ampliação dos conhecimentos adquiridos, correlacionando adequadamente, a prática comunitária, questões contemporâneas e a teoria acadêmica.

Com a oferta das palestras e das consultorias esperamos promover nos alunos, a construção de variados conhecimentos, de uma maneira prática e eficaz, além de despertar o senso crítico e reflexivo diante da interação com o meio social, fortalecendo o aprendizado que, certamente, será significativo, além de possibilitar a comunidade externa uma experiência que contribua para uma mudança de postura frente aos desafios financeiros e econômicos que a sociedade hodierna nos apresenta.

Acreditamos que o projeto de extensão poderá ser exitoso na medida que possibilite aos discentes envolvidos: articular temáticas de cultura, educação, esporte e lazer, saúde, turismo, trabalho e renda; identificar potencialidades, necessidades, demandas sociais, riscos e ameaças às condições de vida sociais; ler e interpretar informações geradas a partir dos dados coletados no território e nos aparelhos de serviços públicos e acadêmicos e elaborar

projetos que colaborem com o bom andamento social, principalmente, com o enfoque financeiro.

Por fim, esperamos que nesse processo interacional entre academia e sociedade, a transmissão de conhecimentos seja mútua, de modo que, os problemas encontrados sejam dirimidos, propiciando, assim, uma maior aproximação entre essas instituições, e que futuramente novas ações de conscientização, letramento, capacitação e compartilhamento de aprendizados sejam estabelecidos promovendo um elo efetivo na produção de novos conhecimentos e na resolução de problemas de ordem coletiva.

REFERÊNCIAS

AZEREDO, L. A. S. de; URIAS, G. M. P. C.; ALVES CABRAL, N. C. Educação financeira: programa de educação financeira nas escolas à luz da governamentalidade. *Horizontes*, [S. l.], v. 36, n. 3, p. 217–230, 2018. Disponível em:

<https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/606>. Acesso em: 31 out. 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Brasil: Implementando a estratégia nacional de educação financeira**. Brasil, 2012. Disponível em:

https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia_Nacional_Educacao_Financeira_ENEF.pdf. Acesso em: 14 set. 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **O que é cidadania financeira? Definição, papel dos atores e possíveis ações**. BCB, 2018. Disponível em:

https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/Informacoes_gerais/conceito_cidadania_financeira.pdf. Acesso em: 25 out. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 05 nov. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020**. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jun. 2020. Seção 1, p. 2. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10393.htm#art10. Acesso em: 14 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. **Diário oficial da União**. Brasília, DF, 17 jul. 2008. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm#art3. Acesso em: 05 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. D.O.U. Seção 1, de 30 de dezembro de 2008. Brasília, DF, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 05 nov. 2023.

BRASIL. **Lei 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 08 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. 2023. Disponível em: <http://cnct.mec.gov.br>. Acesso em 04 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 05 de janeiro de 2021**. Brasília: MEC, 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578>. Acesso em: 05 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução n. 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 dez. 2018. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em: 26 out. 2023.

CATTO, André. **Brasil continua com a maior taxa de juros reais do mundo apesar de corte na Selic; veja ranking**. Economia. Portal G1. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/08/02/brasil-continua-com-a-maior-taxa-de-juros-reais-do-mundo-apesar-de-corte-na-selic-veja-ranking.ghtml>. Acesso em: 28 ago. 2023.

COSTA, Dirno Vilanova Da. A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil: da década de 1990 à criação dos Institutos Federais de Educação. In: VII CONEDU - Edição Online. *Anais...* Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/67593>>. Acesso em: 05/11/2023 16:45

COUTO, Andressa Freire Ramos. **A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na EPT: uma proposta para o planejamento integrador no Ifes – campus Colatina**. Dissertação (mestrado) – Instituto Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Vitória, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ifes.edu.br/handle/123456789/701>. Acesso em: 27 out. 2023.

LIMA, Mariana Patrícia de. **Nível de letramento financeiro e características socioeconômicas**: uma análise dos estudantes de ensino médio de um município do Agreste Pernambucano. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Administração) – Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2021. Disponível em:

<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/43468>. Acesso em: 03 dez. 2023.

MAGALHÃES, Juliana Vieira Afonso. **As contribuições da extensão na formação acadêmica dos futuros técnicos da Educação Profissional e Tecnológica**: uma análise do Programa Institucional de Apoio à Extensão no IF Sudeste - Campus Rio Pomba. Dissertação (Mestrado Profissional) - Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação Profissional e Tecnológica do Sudeste de Minas Gerais - Campus Rio Pomba, Rio Pomba, 2021. Disponível em: <https://locus.ufv.br/handle/123456789/29195>. Acesso em: 30 out. 2023.

OLIVEIRA, João Paulo de. COSTA, Conceição Leal da. Extensão na educação profissional e tecnológica e práticas educativas com comunidade(s): desafios e possibilidades. In: IV CONEDU. *Anais...* Campina Grande: Realize Editora, 2017. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/36952>>. Acesso em: 27 out. 2023.

OLIVEIRA, Maria do Socorro; TINOCO, Glícia Azevedo; SANTOS, Ivoneide Bezerra de Araújo. **Projetos de letramento e formação de professores de língua materna**. Natal: EDUFRN, 2014.

PEREIRA, Fernando, *et al.* Estudo de caso sobre a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) no Brasil: uma panaceia em um contexto de financeirização? In: XXVII Encontro Nacional De Economia Política. *Anais...* Uberlândia: Junho de 2022. Disponível em: https://enep.sep.org.br/uploads/2051_1647042165_ENEP2022_pdf_ide.pdf. Acesso em: 31 out. 2023.

RAMPAZZO, L. **Metodologia científica**: para alunos dos cursos de graduação e pós graduação. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

SANTOS FILHO, Martins José dos. **Sequências Didáticas Para a Inserção do Ensino da Matemática Financeira no Ensino Básico - A Questão do Letramento Financeiro**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Matemática, Salvador, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/23016>. Acesso em: 03 dez. 2023.

SANTOS, Emilene Côco. BECEVELLI, Indiana Reis da Silva. **Articulação entre ensino, pesquisa e extensão**. IFES, 2021.

SLEUTJES, M. H. S. C. Refletindo sobre os três pilares de sustentação das universidades: ensino-pesquisa-extensão. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 33, n. 3, p. 99 a 101, 1999. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/7639>. Acesso em: 30 out. 2023.

SOARES, J.; DE SOUZA, M. C. Sociedade de consumo e o consumismo: implicações existenciais na dimensão da sustentabilidade. **Direito e Desenvolvimento**, v. 9, n. 2, p. 303-318, 3 dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.25246/direitoedesenvolvimento.v9i2.815>. Acesso em: 14 set. 2023.